



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**RtPaut nos EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO
ESPECIAL Nº 1184646 - SP (2017/0227741-8)**

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
REQUERENTE : COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA
ADVOGADOS : PAULO GUILHERME DE MENDONÇA LOPES E OUTRO(S) -
SP098709
PATRÍCIA RIOS SALLES DE OLIVEIRA - SP156383
FILLIPE GEORGE LAMBALOT - SP318608
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : OSCAR DIAS DA ROSA - ESPÓLIO
REPR. POR : MARLENE APARECIDA DIAS DA ROSA LONGHINE -
INVENTARIANTE
ADVOGADO : ARAN HATCHIKIAN NETO E OUTRO(S) - SP032223
INTERES. : WALTER PROCHNOW JUNIOR
ADVOGADOS : FÁBIO ANTÔNIO FADEL - SP119322
BENEDITO FERREIRA DE CAMPOS FILHO E OUTRO(S) -
SP167058

DESPACHO

Vistos.

Fls. 1.591/1.593e – Trata-se de manifestação de oposição ao julgamento virtual do Agravo Interno de fls. 1.556/1.575e, apresentada por **COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA**, sob o seguinte fundamento:

Diante da relevância jurídica e dos efeitos da decisão aqui recorrida, a manifestante entende ser necessária a realização de audiência para despacho de memoriais com os Excelentíssimos Ministros desta Colenda Corte para exposição de pontos essenciais ao deslinde do feito, o que se mostra impossível neste momento em virtude das medidas adotadas para a prevenção da disseminação do Covid -19.

Nos termos do art. 184-D, parágrafo único, II, do RISTJ, as partes, por meio de advogado devidamente constituído, bem como o Ministério Público e os defensores públicos poderão apresentar memoriais e, de forma fundamentada, manifestar oposição ao julgamento virtual ou solicitar sustentação oral, observado o disposto no art. 159 da mesma norma.

Por sua vez, o art. 184-E do RISTJ disciplina que a manifestação de oposição ao julgamento virtual dar-se-á no prazo de 5 (cinco) dias, contado da publicação da pauta de julgamento no Diário da Justiça eletrônico. Findo tal prazo, será liberada, de maneira automática, a consulta ao relatório e voto do relator aos Ministros integrantes do respectivo Órgão Julgador, que decidirão, no prazo de 7 (sete) dias corridos, os processos incluídos na sessão de julgamento eletrônico.

Depreende-se da sistemática acima prevista, que o julgamento em sessão virtual proporciona aos membros dos órgãos colegiados amplo intervalo de tempo para análise do feito e tomada de decisão.

Além disso, ausente prejuízo aos princípios do contraditório e da ampla

defesa, uma vez que, na forma do art. 184-A, parágrafo único, do RISTJ, somente são passíveis de apreciação nas sessões virtuais Embargos de Declaração, Agravo Interno e Agravo Regimental, recursos que, em regra, não permitem a realização de sustentação oral e, ainda, porque no período de julgamento do feito poderão as partes apresentar memoriais, inclusive de modo eletrônico.

No caso em exame, verifico que não existe fundamento apto a embasar o pedido, tendo em vista que as alegações apresentadas na manifestação de oposição não trazem qualquer especificidade suficiente a lastrear o afastamento da sistemática de julgamento virtual.

Posto isso, **INDEFIRO** o pedido.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 19 de março de 2020.

REGINA HELENA COSTA

Relatora